



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 003/2026**

**PREGÃO REGISTRO DE PREÇO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 041/2026**

**OBJETO:** Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de informática, para as secretarias municipais de Condeúba – BA, (LOTES 01, 03, 04, 05, 08, 11 e 13 FRACASSADOS ou DESERTOS NO PE N.º 022/2025)e Condeúba-BA.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 06/04/2026 às 09h00min (Horário de Brasília)

**LOCAL/PLATAFORMA ELETRÔNICA:** <https://portal.licitanet.com.br/>

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por LOTE

**REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por Preço Unitário

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

**RESERVA COTA ME/EPP:** NÃO

**SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS:** SIM

O MUNICÍPIO DE CONDEÚBA, por intermédio do Pregoeiro, Deivison Gomes Amorim, designado pelo DECRETO MUNICIPAL Nº 113/2025, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é: **Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de informática, para as secretarias municipais de Condeúba – BA, (LOTES 01, 03, 04, 05, 08, 11 e 13 FRACASSADOS ou DESERTOS NO PE N.º 022/2025)e Condeúba-BA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será realizada em grupo único, formados por itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**3.1.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências deste edital e seus Anexos e que estejam com Credenciamento regular junto à plataforma de disputa:

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.6.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9.** *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*
- 3.6.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.** O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.8.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.10.** O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.12.** A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.2.** A fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances.

#### **JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DA INVERSÃO DE FASES**

A adoção da inversão de fases no presente certame encontra respaldo nos princípios da eficiência, celeridade e economicidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente considerando a necessidade de otimizar a condução do procedimento licitatório.

Verifica-se, na prática administrativa recente deste órgão, recorrentes atrasos na conclusão de certames em razão da participação de licitantes que, embora apresentem propostas iniciais, deixam de cumprir as exigências editalícias quando convocados pelo Pregoeiro, notadamente quanto ao envio de proposta adequada e documentação de habilitação.

Tais condutas têm ocasionado sucessivas desclassificações e inhabilitações, com a consequente necessidade de convocação dos licitantes remanescentes, o que prolonga significativamente a duração dos processos licitatórios e compromete o atendimento tempestivo das demandas da Administração Pública.

Como exemplo concreto, cita-se o Pregão Eletrônico nº 002/2026, iniciado em 24/02/2026, que até o presente momento ainda se encontra em andamento, em virtude da não apresentação, por parte de licitantes inicialmente classificados, da documentação exigida no edital e da proposta readequada quando solicitadas pelo Pregoeiro, evidenciando prejuízo à celeridade e eficiência do certame.

Diante desse cenário, a inversão de fases, com a análise prévia da habilitação do licitante mais bem classificado mostra-se medida adequada e necessária para evitar a repetição de tais entraves, assegurando maior agilidade na contratação, redução de retrabalho administrativo e maior efetividade na seleção da proposta mais vantajosa.

**4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.3.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.3.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**4.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.10.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.10.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.11.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.11.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.2. Valor unitário, total e global, conforme o Termo de Referência;
- 5.3. Marca e modelo do produto ofertado para cada item, de forma clara e completa, compatível com as especificações técnicas exigidas.
- 5.4. A ausência de informação sobre a marca e o modelo poderá ensejar a desclassificação da proposta, por impossibilitar o julgamento objetivo e a vinculação do licitante ao produto ofertado.
- 5.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.5.1.** O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.10. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*
- 5.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.11.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.11.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11.3.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido



processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**5.13.** Como condição para participação no certame, o licitante deverá apresentar garantia de proposta correspondente a **1% (um por cento)** do valor estimado da contratação, equivalente a **R\$ 44.353,16 (quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos)**, nos termos do art. 58 C/C com o Art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

**5.14.** §1º A garantia de proposta deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

**5.15.** I – **Caução em dinheiro**, mediante depósito identificado em conta indicada pela Administração;

II – **seguro-garantia**, emitido por seguradora devidamente autorizada pela SUSEP;

III – **fiança bancária**, emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

**5.16.** §2º A garantia deverá possuir validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de apresentação da proposta, devendo abranger todo o período de sua validade.

**5.17.** §3º A garantia será devolvida aos licitantes não vencedores após a homologação do certame, e ao licitante vencedor após a assinatura do contrato ou apresentação da garantia contratual, quando exigida.

**5.18.** §4º A garantia poderá ser executada nas seguintes hipóteses:  
I – recusa do licitante vencedor em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, quando convocado;

II – não manutenção da proposta dentro do prazo de sua validade;

III – prática de atos que comprometam a lisura e regularidade do certame.

**5.19.** §5º A não apresentação da garantia de proposta, quando exigida, implicará na inabilitação do licitante, nos termos do edital.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.10. **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 6.10.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.10.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.10.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11. **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**
- 6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 6.11.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.12.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.12.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**6.19.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.19.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.19.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.19.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.20.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.20.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.20.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.20.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.20.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.20.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.20.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.20.2.2.** empresas brasileiras;

**6.20.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.20.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**6.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.21.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.21.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.21.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.21.4.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

**6.21.5.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado, que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

**6.21.6.** Após a aceitação de sua proposta, o pregoeiro solicitará ao licitante a documentação de habilitação exigida no Termo de Referência (TR), a que se refere o subitem n.º 8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO do edital.

6.21.5. Se for o caso, serão solicitados documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados no sistema.

6.21.6 É facultado ao pregoeiro, se for o caso, prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo estipulado, não sendo obrigatório a sua prorrogação.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação **exigida no Termo de Referência (TR), a que se refere o subitem n.º 8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO do edital**, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata.

**7.2.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o declarado no subitem n.º 4.5 deste edital.

**7.3.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.3.1.** conter vícios insanáveis;

**7.3.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**7.3.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.3.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.3.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.4.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.4.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**7.4.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.4.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.5.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**7.5.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**7.5.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

**7.5.3.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**7.6.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. Na diligência, o Pregoeiro poderá solicitar Planilha de Composição de Preços Unitário, Notas fiscais e/ou outros elementos que darão fundamento ao preço final que se manifesta e evidencia uma proposta inexecuível.

**7.7.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.7.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**7.8.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**7.8.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



**7.8.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.9.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.10.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**7.11.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**7.12.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.13.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, técnica e outros, deverá obedecer ao que é exigido no Termo de Referência.

**8.1.2.** *HABILITAÇÃO JURÍDICA*

**8.1.3.** Conforme Exigências do Termo de Referência, sob pena de inabilitação.

**8.1.4.** *REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA*

**8.1.5.** Conforme Exigências do Termo de Referência, sob pena de inabilitação.

**8.1.6.** *QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA*

**8.1.7.** Conforme Exigências do Termo de Referência, sob pena de inabilitação.

**8.1.8.** *QUALIFICAÇÃO TÉCNICA*

**8.1.9.** Conforme Exigências do Termo de Referência, sob pena de inabilitação.

**8.1.10.** *OUTROS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS*

- 8.1.11.** Sob pena de inabilitação a licitante deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos, (DECLARAÇÕES):
- 8.1.12.** que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas;
- 8.1.13.** que não existe fato impeditivo à sua habilitação nesta licitação, inclusive quanto as hipóteses de impedimento previstas no art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.1.14.** que não possui entre seus proprietários, nenhum agente público ou agente político do Município promotor do certame;
- 8.1.15.** que dispõe de condições e disponibilidade de pessoal para executar o objeto desta licitação, caso seja vencedora;
- 8.1.16.** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 8.1.17.** que tomou conhecimento de todas as informações relacionadas à este certame, inteirando-se das condições técnicas e da complexidade do objeto, garantindo o cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias;
- 8.1.18.** que cumpre todos os requisitos exigidos para habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal;
- 8.1.19.** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 8.1.20.** que cumpre, em sua integralidade, os dispositivos da Lei Federal nº. 9854/99 e do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, no que se refere ao trabalho de menores.
- 8.1.21.** Todos os documentos deverão estar em nome da licitante proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente:
- 8.1.22.** se o proponente for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 8.1.23.** se o proponente for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a

habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por [INDICAR QUALQUER OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO].

**8.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.7.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.9.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.10.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**8.10.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.11.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**8.11.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**8.12.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.12.1.** A fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.12.2.** Os documentos relativos à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira e técnica que constem do Termo de Referência, somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.12.3.** ~~Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.~~

**8.13.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**8.13.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;  
e

**8.13.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.14.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.15.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

**8.16.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (quando for o caso), Observar primeira página de informação.**

**9.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços,

cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**9.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**9.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**9.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**9.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**9.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**10.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro.

**10.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**10.1.2.** dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**10.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**10.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**10.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**10.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**10.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**10.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**10.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**10.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**10.4.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**11.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**11.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**11.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**11.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo





prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [ENDEREÇO ELETRÔNICO].

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**12.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**12.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**12.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**12.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**12.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**12.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**12.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**12.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**12.1.5.** fraudar a licitação

**12.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**12.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**12.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**13.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios:* [licitacao@condeuba.ba.gov.br](mailto:licitacao@condeuba.ba.gov.br)

**13.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**14.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**14.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**14.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**14.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



**14.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**14.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**14.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [ENDEREÇO ELETRÔNICO].

**14.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência
- 14.11.2.** ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 14.11.3.** ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 14.11.4.** ANEXO IV – Declaração Conjunta

Condeúba - BA, 20 de março de 2026.

**MICAEL BATISTA SILVEIRA**  
Prefeito Municipal



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. O presente termo de referência tem como objetivo o **Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de informática, para as secretarias municipais de Condeúba – BA, (LOTES 01, 03, 04, 05, 08, 11 e 13 FRACASSADOS ou DESERTOS NO PE N.º 022/2025) e Condeúba-BA, para atender as demandas das Secretarias Municipais.**
- 1.2. Todas as garantias legais oferecidas pela Contratada, além de: Especificações, quantitativos e condições dos materiais devem estar de acordo com este Termo de Referência.
- 1.3. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

TERMO DE REFERÊNCIA					
LOTE 01 (NOTEBOOK)					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT	UNID	VALOR MÉDIO UNITARIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Notebook básico com 4GB RAM, 128GB SSD, tela 14" (observação: Uso escolar e navegação).	80	Unid	R\$ 2.423,33	R\$ 193.866,67
2	Notebook intermediário com 8GB RAM, 256GB SSD, tela 15.6" (Observação: Uso profissional).	40	Unid	R\$ 3.526,67	R\$ 141.066,67
3	Notebook avançado com 16GB RAM, 512GB SSD, placa de vídeo dedicada, tela 15.6" (Observação: Uso em edição de vídeo, CAD e jogos.).	10	Unid	R\$ 5.963,33	R\$ 59.633,33
4	Notebook profissional de alto desempenho Processador: Intel Core i9, 13ª ou 14ª geração ou similar, com no mínimo 14 núcleos (até 24 threads), frequência base de 2.0GHz ou superior, turbo boost de até 5.4GHzSistema Operacional: Compatível com Windows 11 64 bits (ou sistema equivaNotebook profissional de alto desempenholente)Memória RAM: 32 GB DDR5, frequência mínima de 4800 MHz, expansível até 64 GB Armazenamento Primário: SSD NVMe M.2 PCIe Gen4 de 1 TB com velocidade mínima de leitura de 5000 MB/s Placa de Vídeo: GPU	5	Unid	R\$ 12.118,33	R\$ 60.591,67





	<p>dedicada com 8 GB de memória GDDR6 ou superior, compatível com DirectX 12, CUDA/OpenCL para aplicações profissionais ou gráficas avançadas Tela: Tamanho de 15,6" ou 17,3", resolução mínima Full HD (1920x1080), painel IPS ou WVA com antirreflexo, brilho mínimo de 300 nits, taxa de atualização de 144Hz ou superior Teclado: Padrão ABNT2, retroiluminado RGB ou branco Webcam: Resolução mínima HD 720p com microfone digital embutido Conectividade: Módulo Wi-Fi 6 (802.11ax) Bluetooth 5.1 ou superior</p> <p>Mínimo de 3 portas USB (sendo pelo menos 1 USB-C com suporte a DisplayPort ou Power Delivery) 1 porta HDMI 2.1 ou superior 1 Mini DisplayPort (opcional) 1 porta RJ-45 Gigabit Ethernet Leitor de cartão SD (opcional) Bateria: Íons de lítio com capacidade mínima de 70 Wh, autonomia estimada de até 8 horas (modo econômico) Refrigeração: Sistema de resfriamento com múltiplas ventoinhas e dissipadores em cobre (cooler duplo ou triplo) Áudio: Alto-falantes estéreo com áudio HD, compatível com tecnologia de som surround virtual Construção: Estrutura em policarbonato reforçado ou liga metálica, chassi com acabamento premium Peso: Até 3,0 kg Acessórios Inclusos: Fonte de alimentação bivolt automática, manual de usuário, cabo de força Garantia: Mínimo de 12 meses (Observação: Uso em edição de vídeo, CAD e jogos)</p>				
VALOR TOTAL DO LOTE 01					R\$ 455.158,33
LOTE 02 (INFORMATICA)					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT	UNID	VALOR MÉDIO UNITARIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Compatível com montagem de PCs DDR3 (Observação: Compatível com montagem de PCs DDD3).	50	Unid	R\$ 291,50	R\$ 14.575,00



2	Placa-mãe compatível com processadores DDR4, com no mínimo 2 slots de memória e suporte M.2 LGA 1151 (Observação: compatível com montagem de PCs DDR4).	50	Unid	R\$ 626,67	R\$ 31.333,33
3	Placa-mãe compatível com processadores DDR5, com no mínimo 2 slots de memória e suporte M.2 NVMe LGA 1700 (Observação: compatível com montagem de PCs DDR5).	50	Unid	R\$ 2.125,83	R\$ 106.291,67
4	Memória RAM DDR3 4GB 2400 MHz (Observação: para computadores básicos).	80	Unid	R\$ 206,67	R\$ 16.533,33
5	Memória RAM DDR4 8GB 2666 MHz (Observação: para uso geral).	80	Unid	R\$ 670,00	R\$ 53.600,00
6	Memória RAM DDR5 16GB 4800 MHz (Observação: para desempenho avançado).	80	Unid	R\$ 1.780,00	R\$ 142.400,00
7	HD 1TB SATA 3.5" (Observação: para uso interno)	50	Unid	R\$ 478,33	R\$ 23.916,67
8	SSD 240GB SATA 2.5" (Observação: inicialização rápida).	50	Unid	R\$ 393,00	R\$ 19.650,00
9	SSD SATA 240GB 2.5" (Observação: conexão SATA III).	50	Unid	R\$ 438,33	R\$ 21.916,67
10	SSD SATA 512GB 2.5" (Observação: conexão SATA III).	50	Unid	R\$ 722,00	R\$ 36.100,00
11	SSD M.2 SATA 256 GB (Observação: interface M.2 B-Key).	100	Unid	R\$ 526,33	R\$ 52.633,33
12	SSD M.2 NVMe 1TB (Observação: interface M.2 B-Key).	100	Unid	R\$ 1.348,00	R\$ 134.800,00
13	SSD 512 GB NVMe M.2 (Observação: alto desempenho para DDR4/DDR5).	30	Unid	R\$ 788,17	R\$ 23.645,00
14	Gabinete ATX com fonte 500W real (Observação: com suporte a ventilação lateral).	25	Unid	R\$ 437,08	R\$ 10.927,08
15	Fonte ATX 500W real (Observação: com proteção contra curto).	80	Unid	R\$ 317,00	R\$ 25.360,00
16	Placa de vídeo dedicada com no mínimo 4GB GDDR6 NVIDIA GeForce GTX 1650 GDDR6 (Observação: Full HD compatível com VESA).	120	Unid	R\$ 1.642,97	R\$ 197.156,00
17	Monitor LED 19" HDMI/VGA (Observação: Full HD compatível com VESA).	120	Unid	R\$ 437,50	R\$ 52.500,00
18	Monitor LED 21.5" HDMI/VGA (Observação: Full HD compatível com VESA).	80	Unid	R\$ 606,67	R\$ 48.533,33
19	Kit Mouse e teclado sem fio com bateria de longa duração padrão ABNT	150	Unid	R\$ 173,00	R\$ 25.950,00
20	Mouse USB óptico com 3 botões	100	Unid	R\$ 30,58	R\$ 3.058,33



21	Nobreak 700VA com entrada bivolt saída 115v	15	Unid	R\$ 825,63	R\$ 12.384,50
22	Nobreak 1200VA com entrada bivolt saída 115v	10	Unid	R\$ 1.062,30	R\$ 10.623,00
23	Nobreak 1800VA com entrada bivolt saída 115v	10	Unid	R\$ 1.760,00	R\$ 17.600,00
24	Nobreak 2200VA com entrada bivolt saída 115v	10	Unid	R\$ 2.766,67	R\$ 27.666,67
25	Processador i3 6ª geração, 2 núcleos, 4 threads, frequência base 3,7 GHz, cache 3 MB, soquete LGA 1150 (Observação: compatível com LGA 1151 DDR4).	10	Unid	R\$ 315,42	R\$ 3.154,17
26	Processador i5 7ª geração, 4 núcleos, 4 threads, frequência base 3,4 GHz, cache 6 MB, soquete LGA 1151 (Observação: compatível com LGA 1151 DDR4).	30	Unid	R\$ 641,39	R\$ 19.241,80
27	Processador i7 8ª geração, 6 núcleos, 12 threads, frequência base 3,2 GHz, cache 12 MB, soquete LGA 1151(Observação: compatível com LGA 1151-v2 DDR4).	10	Unid	R\$ 1.157,20	R\$ 11.572,03
28	Processador i5 12ª geração, 6 núcleos de desempenho + 0 núcleos de eficiência, 12 threads, frequência base 2,5 GHz, cache 18 MB, soquete LGA 1700 (Observação: compatível com LGA 1700 DDR4/DDR5).	5	Unid	R\$ 1.420,16	R\$ 7.100,82
29	Processador i9 12ª geração, 16 núcleos (8 de desempenho + 8 de eficiência), 24 threads, frequência base 2,1 GHz, cache 30 MB, soquete LGA 1701	5	Unid	R\$ 2.926,67	R\$ 14.633,33
30	Placa de vídeo com 2 GB GDDR5, interface 64 bits, frequência base 1227 MHz, suporte a DirectX 12, saída HDMI e DVI-D (Observação: interface PCI Express).	5	Unid	R\$ 750,11	R\$ 3.750,53
31	Placa de vídeo com 4 GB GDDR6, interface 128 bits, frequência base 1485 MHz, suporte a DirectX 12, saídas HDMI, DisplayPort e DVI-D (Observação: interface PCI Express).	10	Unid	R\$ 1.847,06	R\$ 18.470,60
32	Placa de vídeo com 12 GB GDDR6, interface 192 bits, frequência base 1320 MHz, suporte a DirectX 12 Ultimate, saídas HDMI e DisplayPort	2	Unid	R\$ 2.994,88	R\$ 5.989,75
33	Placa de vídeo com 4 GB GDDR5, interface 128 bits, frequência base 1183 MHz, suporte a DirectX 12, saídas HDMI, DisplayPort e DVI-D. (Observação: interface PCI Express).	3	Unid	R\$ 910,37	R\$ 2.731,10
34	Fonte ATX 450W Real 80 Plus Bronze	10	Unid	R\$ 360,10	R\$ 3.601,03



	(Observação: para configurações básicas).				
35	Fonte ATX 600W Real 80 Plus Bronze (Observação: para uso intermediário).	5	Unid	R\$ 370,15	R\$ 1.850,75
36	Fonte ATX 750W Real 80 Plus Gold (Observação: para alto desempenho -GPU dedicada).	5	Unid	R\$ 682,36	R\$ 3.411,78
37	Gabinete Mid Tower com 2 coolers (Observação: suporte placas ATX/micro ATX).	10	Unid	R\$ 325,11	R\$ 3.251,13
38	Gabinete Gamer com lateral acrílica (Observação: suporte ATX com RGB).	10	Unid	R\$ 296,11	R\$ 2.961,13
39	Placa de rede PCIe 10/100/1000 Mbps RJ45 (Observação: conexão PCI Express).	20	Unid	R\$ 118,20	R\$ 2.364,00
40	Placa de rede PCIe Gigabit SFP (fibra óptica) (Observação: conexão PCI Express).	10	Unid	R\$ 185,83	R\$ 1.858,33
41	Cooler p/ processador LGA 1151 (Observação: compatível com i3/i5/i7 até 9ª geração).	10	Unid	R\$ 64,43	R\$ 644,33
42	Cooler p/ processador LGA 1700 (Observação: compatível com intel 12ª geração).	10	Unid	R\$ 111,58	R\$ 1.115,83
43	Adaptador Wifi USB com 1200MBPS 5ghz e 2.4ghz (Observação: rede Wifi).	20	Unid	R\$ 124,83	R\$ 2.496,67
44	Cabo VGA 1 metro (Observação: cabo VGA).	25	Unid	R\$ 38,83	R\$ 970,83
45	Cabo HDMI de 1,5 metros (Observação: cabo HDMI).	30	Unid	R\$ 31,10	R\$ 933,00
46	Cabo HDMI de 5 metros (Observação: cabo HDMI).	10	Unid	R\$ 73,00	R\$ 730,00
47	Cabo de Força para Computador 10A 1,5 (Observação: cabo de energia).	50	Unid	R\$ 35,32	R\$ 1.765,83
VALOR TOTAL LOTE 02					R\$ 1.223.752,72
LOTE 03 (CFTV)					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT.	UNID.	VALOR MÉDIO UNITARIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Câmera IP externa Full HD infravermelho > 30m, proteção IP66, alimentação PoE compatível com protocolo ONVIF: Resolução Full HD (1920x1080), lente 2.8 mm, IR ≥ 30m, proteção IP66, PoE IEEE 802.3af, ONVIF perfil S, WDR digital, detecção de movimento, mascaramento de privacidade.	200	Unid	R\$ 407,50	R\$ 81.500,00



2	Câmera IP interna tipo dome Full HD, infravermelho > 20m, antivandalismo, alimentação PoE, compatível com protocolo ONVIF: Resolução Full HD (1920x1080), lente 2.8 mm, IR ≥ 20m, antivandalismo IK10, proteção IP67, PoE IEEE 802.3af, ONVIF perfil S, WDR digital, 3D-DNR, detecção inteligente.	100	Unid	R\$ 383,75	R\$ 38.375,00
3	Câmera analógica HD multitecnologia (AHD, TVI, CVI, CVBS) com IR > 30m: Compatível AHD/TVI/CVI/CVBS, resolução 1080p, lente 2.8 mm, IR ≥ 30m, proteção IP66, WDR digital, menu OSD.	100	Unid	R\$ 272,47	R\$ 27.246,67
4	Câmera LPR IP com leitura de placas, Full HD, IR > 30m, PoE, compatível com ONVIF: Full HD, lente varifocal motorizada 2.8-12 mm, IR ≥ 30m, PoE IEEE 802.3af, ONVIF, captura placas até 40 km/h, reconhecimento de caracteres, filtro de luz visível.	20	Unid	R\$ 6.987,17	R\$ 139.743,33
5	Câmera Speed Dome IP Full HD, zoom óptico mínimo de 25x, IR > 100m, alimentação PoE, compatível com ONVIF: Full HD, zoom óptico ≥ 25x, IR ≥ 100m, PoE+ IEEE 802.3at, ONVIF, rotação 360°, inclinação -15° a 90°, patrulha, rastreamento automático, WDR real.	20	Unid	R\$ 5.141,67	R\$ 102.833,33
6	DVR híbrido 16 canais Full HD, suporte a câmeras analógicas e IP, saídas HDMI e VGA, codec H.265, função de detecção inteligente: Suporte câmeras analógicas até 5MP e IP até 6MP, H.265, saídas HDMI e VGA, detecção inteligente, acesso remoto P2P, 2 HDs SATA até 10TB.	40	Unid	R\$ 2.233,33	R\$ 89.333,33
7	DVR 8 canais Full HD, suporte a câmeras analógicas e IP, saídas HDMI e VGA, codec H.265: Suporte câmeras analógicas até 5MP e IP até 6MP, H.265, saídas HDMI e VGA, 1 HD SATA até 10TB, funções inteligentes.	40	Unid	R\$ 1.003,83	R\$ 40.153,33
8	NVR 8 canais, suporte e resolução até 4K, com entrada para 2 HDs, codec H.265: Suporte câmeras IP até 12MP, H.265, até 80 Mbps, 2 HDs SATA até 10TB, saídas HDMI e VGA independentes, acesso remoto P2P.	20	Unid	R\$ 1.139,19	R\$ 22.783,80



9	NVR 16 canais, suporte a resoluções até 4K, com entrada para 2 HDs, codec H.265: Suporte câmeras IP até 12MP, H.265, até 160 Mbps, 2 HDs SATA até 10TB, saídas HDMI e VGA independentes.	20	Unid	R\$ 2.253,83	R\$ 45.076,67
10	HD 2TB específico para CFTV, funcionamento 24/7, interface SATA III: SATA III 6Gb/s, 7200 RPM, cache ≥ 64MB, operação 24/7, resistente a altas temperaturas e vibrações.	100	Unid	R\$ 510,92	R\$ 51.091,67
11	Switch PoE 8 portas com 2 uplinks Gigabit, padrão IEEE 802.3af/at: 8 portas PoE + 2 uplinks Gigabit, IEEE 802.3af/at, potência ≥ 120W, VLAN, QoS, proteção contra surtos.	50	Unid	R\$ 355,50	R\$ 17.775,00
12	Fonte 12V 10A com proteção contra surtos, sobrecarga e curto-circuito: 12V 10A, proteção contra surtos, sobrecarga e curto-circuito, carcaça metálica ventilada.	100	Unid	R\$ 84,67	R\$ 8.466,67
13	Cabos coaxiais com alimentação (cabo tipo siamês): CAIXA DE 305M 75 ohms, condutor 100% cobre, par trançado para alimentação, rolo 100m.	100	caixa	R\$ 137,26	R\$ 13.726,33
14	Cabo UTP CAT5 blindado, 100% cobre, para uso externo uso em CFTV IP: CAIXA DE 305M 4 pares, 100% cobre, capa PVC, certificado uso em CFTV IP.	100	caixa	R\$ 661,33	R\$ 66.133,33
15	Cabo UTP CAT6 blindado, 100% cobre, para uso externo ou com interferência: CAIXA DE 305M 100% cobre, blindagem alumínio, uso externo/ambiente com interferência.	100	caixa	R\$ 1.556,67	R\$ 155.666,67
16	Conectores BNC e P4 metálicos de engate rápido: Metálicos, engate rápido, niquelados, compatíveis com alimentação e vídeo.	100	Par	R\$ 22,38	R\$ 2.238,33
17	Conector RJ45 CAT6 blindado, padrão T568A/B: CAT6 blindado, padrão T568A/B, contatos banhados a ouro 50μ.	100	Unid	R\$ 21,96	R\$ 2.196,00
18	Duto PVC 3/4" com acessórios (luvas, curvas e fixadores): Cor cinza, com luvas, curvas, fixadores.	200	Unid	R\$ 29,50	R\$ 5.900,00
19	Caixa de passagem com vedação IP65, resistente a intempéries: Vedação IP65, ABS, resistentes intempéries, suporte interno.	50	Unid	R\$ 49,73	R\$ 2.486,33
20	Caixa hermética IP65 com prensa cabos e suporte interno: Vedação	50	Unid	R\$ 170,88	R\$ 8.544,17





	IP66, prensa-cabos, suporte interno.				
21	Power Balun de 1 canal para vídeo e alimentação: Transmissão vídeo e alimentação em par trançado, ≥ 300m analógico.	100	Unid	R\$ 84,95	R\$ 8.494,67
22	Power Balun de 16 canais para rack: Padrão 19", vídeo e alimentação par trançado, ≥ 300m analógico.	100	Unid	R\$ 1.613,33	R\$ 161.333,33
23	Rack de parede 3u para CFTV: Padrão 19", porta frontal com visor, ventilação lateral, capacidade ≥ 30kg.	15	Unid	R\$ 275,05	R\$ 4.125,70
VALOR TOTAL LOTE 04					R\$ 1.095.223,67
	LOTE 04 (REDE ESTRUTURADA)				
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT.	UNID.	VALOR MÉDIO UNITARIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Roteador sem fio padrão AC1200, frequência 2,4 GHz e 5 GHz, com 4 portas LAN Gigabit, suporte a IPv6, firewall integrado, múltiplos SSIDs e controle de largura de banda.	4	Unid	R\$ 278,62	R\$ 1.114,47
2	Roteador/AP Wi-Fi dual band com velocidade combinada de até 1350 Mbps (450 Mbps em 2,4 GHz e 867 Mbps em 5 GHz), 4 portas LAN Gigabit, suporte a IPv6 e funções avançadas de segurança.	20	Unid	R\$ 989,17	R\$ 19.783,33
3	Patch panel 24 portas categoria 6, padrão 19", suporte para conectores keystone, estrutura metálica com guia traseiro para organização de cabos.	20	Unid	R\$ 357,50	R\$ 7.150,00
4	Organizador de cabos 1U para rack 19", metálico, com anéis para passagem de cabos.	10	Unid	R\$ 61,69	R\$ 2.467,73
5	Testador de cabos de rede RJ11/RJ45, com indicadores de LEDs, alimentação por bateria 9V, teste de continuidade e mapeamento de fios.	40	Unid	R\$ 71,57	R\$ 143,15
6	Alicate de crimpar para conectores RJ45, com lâmina de corte e decapador de cabos.	2	Unid	R\$ 54,25	R\$ 325,50
7	Keystone RJ45 fêmea categoria 6, compatível com patch panel e espelhos de rede, suporte até 250 MHz.	6	Unid	R\$ 32,08	R\$ 8.020,83
8	Patch cord CAT6 de 1 metro, conector RJ45 macho em ambas as extremidades, revestimento LSZH,	250	Unid	R\$ 21,70	R\$ 5.425,00



	teste de performance até 250 MHz.				
9	Patch cord CAT6 de 1,5 metros, conector RJ45 macho em ambas as extremidades, revestimento LSZH, teste de performance até 250 MHz.	250	Unid	R\$ 44,60	R\$ 11.150,00
10	Guia de cabos horizontal 1U padrão 19" para rack, metálico com presilhas plásticas para organização.	250	Unid	R\$ 66,25	R\$ 2.650,00
11	Rack de piso fechado 12U, ventilação superior, portas com chave, pintura eletrostática, estrutura reforçada.	40	Unid	R\$ 1.194,71	R\$ 11.947,10
12	Rack de piso fechado 5U, ventilação, portas com chave, pintura eletrostática, estrutura metálica reforçada.	10	Unid	R\$ 343,72	R\$ 3.437,17
13	Rack de piso fechado 36U, ventilação, portas frontal e traseira com chave, pintura anticorrosiva, entradas para passagem de cabos.	10	Unid	R\$ 2.671,83	R\$ 10.687,33
14	Rack de piso fechado 44U, ventilação, portas com chave, estrutura reforçada com pintura anticorrosiva, entradas para cabos superior e inferior.	4	Unid	R\$ 2.837,07	R\$ 8.511,21
15	Bandeja fixa padrão 19" 1U para rack, metálica, pintura eletrostática anticorrosiva.	3	Unid	R\$ 80,30	R\$ 2.409,00
16	Velcro reutilizável para organização de cabos, largura mínima 20mm, rolo com 5 metros.	30	Unid	R\$ 51,84	R\$ 2.591,83
17	Cabo de rede categoria 5e UTP, 4 pares trançados, não blindado, rolo de 305m, suporte até 100 MHz.	50	Unid	R\$ 575,92	R\$ 28.795,83
18	Cabo de rede categoria 6 UTP, 4 pares trançados, não blindado, rolo de 305m, suporte até 250 MHz, adequado para redes Gigabit.	50	Unid	R\$ 1.355,00	R\$ 67.750,00
19	Porca gaiola metálica com parafuso e porca para fixação de equipamentos em rack padrão 19". Pc 50	50	Unid	R\$ 66,78	R\$ 6.677,67
20	Kit de ferramentas para instalação de conectores keystone, incluindo alicate de crimpar, alicate de corte e ferramenta de inserção.	100	Unid	R\$ 146,28	R\$ 292,55
21	Fonte injetora PoE 48V, compatível com IEEE 802.3af/at, entrada AC 100~240V, saída em porta RJ45 Gigabit.	2	Unid	R\$ 220,42	R\$ 1.102,08
22	Switch não gerenciável com 8 portas Gigabit Ethernet, padrão IEEE	5	Unid	R\$ 211,53	R\$ 4.230,67



	802.3x, suporte a auto MDI/MDIX, carcaça metálica.				
23	Switch com 24 portas Gigabit Ethernet, padrão IEEE 802.3x, suporte a auto MDI/MDIX, não gerenciável, carcaça metálica.	20	Unid	R\$ 698,00	R\$ 13.960,00
24	Módulo RJ45 categoria 6 para espelho, compatível com keystone, certificação de até 250 MHz.	20	Unid	R\$ 25,42	R\$ 6.354,17
25	Espelho 4x2 para até 2 módulos keystone, padrão 86x86mm, em termoplástico de alta resistência.	250	Unid	R\$ 39,42	R\$ 3.942,00
26	Passa cabos tipo escova padrão 19" 1U para rack, estrutura metálica com cerdas de nylon.	100	Unid	R\$ 72,73	R\$ 145,46
27	Patch panel vazio 24 portas, padrão 19", compatível com conectores keystone categoria 5e/6.	2	Unid	R\$ 343,50	R\$ 1.717,50
28	Switch PoE com 16 portas Gigabit, padrão IEEE 802.3af/at, potência mínima 250W, auto MDI/MDIX, carcaça metálica.	5	Unid	R\$ 918,33	R\$ 9.183,33
29	Access Point corporativo padrão Wi-Fi 5 (802.11ac), tecnologia MU-MIMO, dual band (2,4 GHz e 5 GHz), gerenciamento centralizado por controladora, suporte a roaming e VLANs.	10	Unid	R\$ 864,17	R\$ 43.208,33
30	Roteador corporativo para montagem em rack 1U, com processador dual-core mínimo de 1,4 GHz, 1 GB de memória RAM e armazenamento interno. Possui no mínimo 10 portas Ethernet Gigabit, 1 porta SFP para fibra óptica, 1 porta USB 3.0 e porta de console. Suporte	50	Unid	R\$ 2.575,00	R\$ 64.375,00
31	Gateway corporativo com suporte a firewall, controle de usuários, VPN site-to-site e SSL, monitoramento de tráfego e autenticação de clientes.	25	Unid	R\$ 4.759,71	R\$ 47.597,10
32	Conversor de mídia óptico para Ethernet, padrão 10/100/1000 Mbps, conector SC/LC, suporte a fibra monomodo ou multimodo kit ativo e passivo	10	Unid	R\$ 253,42	R\$ 12.670,83
33	Módulo transceptor óptico (SFP/GBIC) compatível com portas Gigabit Ethernet, conector LC, suporte a fibra monomodo/multimodo.	50	Unid	R\$ 170,53	R\$ 3.410,60
34	Cabo de fibra óptica monomodo simplex, 1 via, conector LC/SC, revestimento LSZH, baixa atenuação.	20	Unid	R\$ 67,27	R\$ 3.363,33



35	Cordão óptico (patch cord) simplex ou duplex, conector LC/SC, revestimento LSZH, baixa perda de inserção. 1 metros	50	Unid	R\$ 26,47	R\$ 1.323,50
36	Switch gerenciável de camada 2, equipado com 24 portas Ethernet 10/100/1000 Mbps e 4 portas SFP para conexões em fibra óptica de até 1 Gbps. Possui capacidade de comutação elevada, suporte a VLANs, agregação de links, protocolos de Spanning Tree, QoS para	15	Unid	R\$ 2.151,92	R\$ 32.278,75
37	Roteador de borda com 5 portas Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps), projetado para conectividade com fio em redes corporativas ou de pequeno e médio porte. Equipado com processador dual-core de alta frequência e memória RAM de 256 MB, o equipamento suport	15	Unid	728,3333333	R\$ 10.925,00
					R\$ 461.117,37
LOTE 05 (ALARME E SEGURANÇA)					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT.	UNID.	VALOR MÉDIO UNITARIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Central de alarme monitorada com comunicação híbrida: Central de alarme com suporte a até 18 zonas (mínimo 8 com fio e 8 programáveis, expansível para zonas sem fio via receptor adicional). Deve permitir integração com sensores com e sem fio, possuir ao menos 2 saídas programáveis (PGM), memória para mínimo de 256 eventos, comunicação via Ethernet, GPRS e linha telefônica com protocolo Contact ID. Deve possibilitar monitoramento remoto via aplicativo para smartphone e software PC, configuração local ou remota, suporte a até 4 teclados, 4 receptores e comunicação segura com criptografia.	100	Unid	R\$ 762,63	R\$ 76.263,00



2	Sensor de presença infravermelho passivo com imunidade a animais domésticos (com fio): Sensor de movimento com tecnologia infravermelho passivo (PIR), alcance mínimo de 12 m, ângulo de cobertura de no mínimo 90°. Deve possuir imunidade a animais domésticos de até 20 kg, ajuste de sensibilidade em 3 níveis, detecção por lente Fresnel, LED de indicação de disparo, chave tamper contra violação e alimentação 9–16 VDC.	250	Unid	R\$ 159,24	R\$ 39.810,00
3	Sensor magnético de abertura sem fio: Dispositivo de abertura para portas e janelas, com comunicação sem fio bidirecional, alcance mínimo de 100 m em área livre, frequência de operação compatível com a central de alarme, supervisão periódica e sinalização de bateria fraca. Deve possuir chave tamper anti-violação e instalação para uso interno.	300	Unid	R\$ 86,25	R\$ 25.874,00
4	Sirene piezoelétrica de alta potência: Sirene de alarme externo, piezoelétrica, nível sonoro mínimo de 120 dB a 1 metro, frequência de operação entre 1,5 e 3,5 kHz, consumo máximo de 500 mA, tensão de alimentação 12 VDC, corpo em ABS de alta resistência e proteção contra intempéries.	100	Unid	R\$ 44,58	R\$ 4.458,00
5	Bateria selada 12v 7Ah: Bateria recarregável chumbo-ácida, selada, 12 V, capacidade mínima 7 Ah, tecnologia VRLA, livre de manutenção, vida útil mínima 3 anos em regime de flutuação, utilizada como backup de energia para centrais de alarme.	50	Unid	R\$ 141,74	R\$ 7.086,83
6	Módulo de comunicação IP/GPRS: Módulo de comunicação para integração com centrais de alarme, com suporte a comunicação TCP/IP e GPRS (via chip GSM), protocolo Contact ID, envio de eventos a centrais de monitoramento e aplicativo mobile, configuração remota via software e supervisão de rede.	50	Unid	R\$ 454,84	R\$ 22.742,00



7	Controle remoto para central de alarme: Controle remoto sem fio para ativação e desativação da central de alarme. Deve possuir alcance mínimo de 100 m em área livre, comunicação criptografada, frequência compatível com a central, sinalização por LED de acionamento, botão de pânico programável e bateria substituível.	100	Unid	R\$ 76,89	R\$ 7.689,33
8	Fonte de alimentação chaveada, saída estabilizada de 13,8 VDC, potência mínima de 1 A, com proteção contra curto-circuito, sobrecarga e sobretensão. Deve atender a normas de segurança elétrica e possuir LED indicador de funcionamento.	50	Unid	R\$ 85,57	R\$ 4.278,67
9	Receptor sem fio para central de alarme: Receptor sem fio compatível com centrais de alarme, frequência OOK/FSK 433 MHz, alcance mínimo de 100 m em campo aberto, capacidade para no mínimo 128 dispositivos sem fio (sensores, controles), comunicação criptografada e supervisão de bateria dos dispositivos.	100	Unid	R\$ 170,19	R\$ 17.018,67
10	Sensor de presença infravermelho passivo tipo PET sem fio: Sensor de movimento sem fio com imunidade a animais domésticos de até 20 kg, alcance mínimo de 12 m, ângulo de cobertura mínimo de 110°, ajuste de sensibilidade, LED de indicação de disparo, chave tamper contra violação, comunicação supervisionada e criptografada, alcance mínimo de 100 m em área livre, sinalização de bateria fraca.	100	Unid	R\$ 110,00	R\$ 11.000,33
11	Controladora de acesso facial: Controladora de acesso biométrica com reconhecimento facial, capacidade mínima para 1.500 usuários faciais, tempo de reconhecimento inferior a 1 segundo taxa de falso rejeito inferior a 1%, taxa de falso aceite inferior a 0,001%, armazenamento de eventos (mínimo 100.000 registros), comunicação TCP/IP, Wiegand e RS-485, saída de relé para acionamento de fechaduras elétricas/eletromagnéticas. Deve	20	Unid	R\$ 1.296,35	R\$ 25.927,00





	possuir display colorido mínimo de 3" e operação em ambientes internos.				
12	Fonte de alimentação ininterrupta (nobreak) para central de alarme: Fonte de alimentação com entrada 100–240 VCA, saída estabilizada de 12 VDC, potência mínima de 1 A, com suporte para bateria selada interna 12 V até 7 Ah. Deve manter a alimentação do sistema em caso de falha na rede elétrica, possuir proteção contra curto-circuito, sobrecarga, sobretensão e descarga profunda da bateria.	20	Unid	R\$ 687,87	R\$ 13.757,33
13	Fechadura eletromagnética de 150 Kgf: Fechadura eletromagnética para portas de madeira, vidro, alumínio ou ferro, força de retenção mínima de 150 kgf, tensão de alimentação 12 VDC, consumo máximo 300 mA, corpo em alumínio anodizado, acabamento cinza, tempo de resposta < 0,5 s, indicada para uso em portas de abrir (push/pull).	20	Unid	R\$ 339,37	R\$ 6.787,47
VALOR TOTAL LOTE 05					R\$ 262.692,63
LOTE 06 (SOFTWARE)					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT.	UNID.	VALOR MÉDIO UNITARIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Software de proteção contra vírus, malware e outras ameaças digitais para estações de trabalho e servidores.	200	Unid	R\$ 335,79	R\$ 67.157,33
2	Pacote de aplicativos de produtividade com editor de textos, planilhas eletrônicas, apresentações e ferramentas de e-mail.	200	Unid	R\$ 215,55	R\$ 43.109,33
3	Software de desenho assistido por computador (CAD) em 2D e 3D para elaboração de projetos técnicos.	5	Unid	R\$ 1.193,33	R\$ 5.966,67
4	Sistema operacional para gerenciamento de hardware, execução de aplicativos e integração em rede corporativa.	200	Unid	R\$ 223,83	R\$ 44.766,67





5	Solução de defesa e segurança cibernética baseada em inteligência artificial para detecção e prevenção de ameaças avançadas.	5	Unid	R\$ 609,68	R\$ 3.048,42
6	Software de modelagem de informações da construção (BIM), utilizado em projetos arquitetônicos, estruturais e de instalações prediais.	5	Unid	R\$ 248,44	R\$ 1.242,22
7	Software de modelagem tridimensional para criação e visualização de projetos em arquitetura e design.	5	Unid	R\$ 3.328,28	R\$ 16.641,42
8	Software de design gráfico vetorial para criação de ilustrações, layouts e peças gráficas.	5	Unid	R\$ 1.970,96	R\$ 9.854,78
9	Software de edição e tratamento de imagens raster para manipulação e criação de imagens digitais.	5	Unid	R\$ 284,73	R\$ 1.423,67
10	Software de renderização em tempo real para visualização fotorrealista de modelos 3D em arquitetura e design.	5	Unid	R\$ 928,42	R\$ 4.642,12
11	Pacote de aplicativos em nuvem para colaboração, incluindo e-mail corporativo, edição de documentos, planilhas, apresentações e armazenamento.	150	Unid	R\$ 216,58	R\$ 32.486,50
VALOR TOTAL DO LOTE 06					R\$ 230.339,12
LOTE 07 (AUDIO E VIDEO)					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT.	UNID.	VALOR MÉDIO UNITARIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Televisor LED 43": Resolução 4K UHD, HDR, HDMI/USB, painel antirreflexo	20	Unid	R\$ 1.563,72	R\$ 31.274,47
2	Televisor LED 55": Resolução 4K UHD, HDR10, HDMI ARC, taxa 60Hz ou superior	5	Unid	R\$ 3.596,67	R\$ 17.983,33
3	Televisor LED 65": Resolução 4K UHD ou superior, HDR10+, HDMI múltiplo	5	Unid	R\$ 4.012,98	R\$ 20.064,92
4	Caixa com som ativa: Potência mínima 200W RMS, entradas XLR/P10, resposta 50Hz-20kHz	2	Unid	R\$ 1.555,00	R\$ 3.110,00
5	Microfone condensador de estúdio (nível topo): Diafragma grande, ruído próprio ≤6 dB-A, múltiplos padrões polares, filtros low-cut e atenuação, LED de pico	4	Unid	R\$ 1.006,87	R\$ 4.027,49
6	Microfone dinâmico padrão broadcast (nível profissional): Padrão cardioide, resposta 20Hz-	2	Unid	R\$ 359,10	R\$ 718,20



	20kHz, blindagem contra EMI, filtro pop interno				
7	Microfone hipercardiode (versátil estúdio): Padrão hipercardiode, rejeição lateral/traseira, filtro low-cut (80Hz), atenuação -10dB	2	Unid	R\$ 988,08	R\$ 1.976,17
8	Cabo de áudio balanceado: Conectores XLR macho/fêmea, blindagem dupla, 3m ou mais	10	Unid	R\$ 97,86	R\$ 978,57
9	Projetor multimídia: Resolução Full HD 1080p ou superior, brilho ≥3.500 lumens, entradas HDMI	1	Unid	R\$ 1.494,21	R\$ 1.494,21
10	Câmera digital mirrorless para criação de conteúdo – Câmera com sensor APS-C de no mínimo 24 MP, gravação de vídeo em 4K a 30 fps e Full HD até 120 fps; sistema de autofoco híbrido com detecção de rosto e olhos em tempo real; tela LCD articulada de 3" sensível ao toque; entrada para microfone externo e saída de fone de ouvido; conexão via USB-C para transmissão direta como webcam; conectividade Wi-Fi e Bluetooth para controle remoto. Lente intercambiável inclusa – Lente zoom retrátil 16–50 mm (equivalente aproximado a 24–75 mm), abertura f/3.5–5.6, estabilização óptica integrada, ideal para gravação de vídeos, vlogs e podcasts em ambientes internos. Acessórios fornecidos – 1 bateria recarregável de íons de lítio, carregador/USB de alimentação, alça de transporte, para-sol da lente, cabo USB-C, tampas de corpo e de lente, além de microfone direcional compacto para podcast e gravações de voz. Resolução 4k, saída HDMI limpa, sensor >1", gravação contínua.	2	Unid	R\$ 6.589,90	R\$ 13.179,81
11	Câmera fotográfica para produção: Resolução >24MP, gravação 4k, suporte a troca de lentes.	1	Unid	R\$ 5.665,35	R\$ 5.665,35



12	Mesa de corte de vídeo HDMI com gravação e streaming: – Equipamento com no mínimo 4 entradas HDMI independentes com suporte a resoluções até 1080p; saída HDMI para monitoramento; porta USB-C para gravação direta em disco externo; função de gravação simultânea de cada entrada em arquivo separado; suporte a streaming ao vivo integrado via Ethernet; chaveamento com corte direto ou transição com efeitos; mixer de áudio digital integrado com entradas de áudio estéreo adicionais; suporte a picture-in-picture, chroma key, keyers downstream/upstream e inserção de mídia fixa; painel superior com teclas iluminadas para seleção, corte e transição. Mínimo 4 entradas HDMI, saída USB-C/HDMI, transições ao vivo.	1	Unid	R\$ 7.410,94	R\$ 7.410,94
13	Sistema de microfone sem fio tipo lapela: – Conjunto com 2 transmissores de lapela e 1 receptor compacto; captação omnidirecional com alcance mínimo de 200 m em campo aberto; transmissão digital em 2,4 GHz com baixa latência (<20 ms); resposta de frequência de 20 Hz a 20 kHz; autonomia mínima de 8 horas por carga; estojo de carregamento incluso; conexão direta a câmeras, smartphones e computadores via cabo adaptador; fornecido com clips de fixação, cabos e acessórios completos para operação. Faixa 2.4GHz/UHF, alcance >100m, bateria recarregável.	2	Unid	R\$ 1.665,00	R\$ 3.330,00
14	Suporte articulado de microfone: Braço articulado em aço, fixação de mesa, carga até 1,5kg	4	Unid	R\$ 153,46	R\$ 613,83
15	Microfone com fio para podcast: Resposta 50Hz–15kHz, padrão cardioide, conexão XLR	2	Unid	R\$ 343,42	R\$ 686,85
16	Sistema de iluminação para estúdio/podcast: Painéis LED 3200–5600K, CRI ≥95, dimmer, tripé ajustável	2	Kit	R\$ 984,33	R\$ 1.968,65
17	Mesa de áudio digital (min. 12 canais): Mínimo 12 canais, entradas XLR/P10, interface USB, equalizador	1	Unid	R\$ 4.675,00	R\$ 4.675,00



	integrado				
18	Tripé para câmera: Altura até 1,8m, suporte até 4kg, cabeça fluida panorâmica	3	Unid	R\$ 988,85	R\$ 2.966,56
19	Espuma de isolamento acústico: Espuma acústica alta densidade, espessura ≥50mm, retardante a chamas	20	Unid	R\$ 330,55	R\$ 6.611,07
VALOR TOTAL DO LOTE 07					R\$ 128.735,41
LOTE 08 (MOTOR, CANCELA E DECIBELÍMETRO)					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT.	UNID.	VALOR MÉDIO UNITARIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Decibelímetro digital com certificação de calibração: – Faixa de medição de 30 a 130 dB, resolução mínima de 0,1 dB, precisão ±1,5 dB, resposta de frequência de 31,5 Hz a 8 kHz, ponderações A e C, ponderações de tempo Fast (125 ms) e Slow (1 s), display digital de 4 dígitos, funções de retenção de valor máximo, congelamento de leitura, desligamento automático e indicação de bateria fraca. Alimentação por bateria de 9 V com autonomia mínima de 30 h. Saída para calibração acústica externa compatível com 94/114 dB a 1 kHz. Estrutura em ABS de alta resistência, dimensões aproximadas 200 × 55 × 35 mm, peso máximo 300 g. Fornecido com certificado de calibração rastreado, manual e estojo de transporte.	5	UNID.	R\$ 221,92	R\$ 1.109,60
2	Motor para portão deslizante completo: – Conjunto automatizador para portão deslizante de até 400 kg (mínimo), composto por motorreductor monofásico 127/220 V, central eletrônica de comando com receptor de rádio integrado, cremalheira metálica galvanizada de 1 m (mínimo 4 unidades), dois controles remotos sem fio com alcance mínimo de 30 m em área livre. Sistema com destravamento manual em caso de falta de energia, engrenagens internas em aço temperado, tempo de abertura	10	UNID.	R\$ 526,63	R\$ 5.266,33



	ajustável, função de fechamento automático programável, proteção térmica contra sobreaquecimento e grau de proteção mínimo IP44. Fornecido completo para instalação, incluindo kit de fixação e manual técnico.				
3	Cancela eletrônica veicular completa: – Equipamento para controle de acesso veicular, com corpo metálico reforçado tratado contra corrosão, braço em alumínio tubular com comprimento mínimo de 4 m, movimento de abertura/fechamento por motorreductor eletromecânico com alimentação bivolt automática (127/220 V). Tempo de abertura ajustável (2 a 6 segundos), sistema de destravamento manual em caso de falta de energia, central de comando microprocessada com receptor de rádio integrado, capacidade para no mínimo 200 controles remotos, entrada para botoeira, fotocélula e laço indutivo. Inclui todos os acessórios para instalação: braço completo, suporte de fixação, kit para balanceamento, sensores de fim de curso, mola de compensação, controle remoto sem fio (mínimo 2 unidades), kit de fixação e manual técnico.	5	UNID.	R\$ 4.567,14	R\$ 22.835,72
TOTAL DO LOTE 08					R\$ 29.211,65
ITEM	LOTE 09 (COMPUTADOR)				
1	Conjunto de Computador Completo CPU compacta (Mini PC) com processador Intel Core i5 12ª geração ou equivalente; Memória RAM 16 GB; Armazenamento SSD NVMe 256 GB; múltiplas portas USB; Saída HDMI; Porta Ethernet; Áudio integrado; Sistema de refrigeração s	150	UNID.	R\$ 4.749,17	R\$ 712.375,00
	TOTAL DO LOTE 09				R\$ 712.375,00
	TOTAL GERAL				R\$ 4.598.605,90

#### NOTA EXPLICATIVA:

##### Justificativa para Indicação de MARCA EM LOTES ESPECÍFICOS

A indicação de marca em determinados lotes deste Termo de Referência tem caráter **excepcional** e visa garantir a **compatibilidade técnica, a padronização e a continuidade operacional** dos equipamentos de informática já existentes nas Secretarias Municipais de Condeúba-BA.

Conforme registrado no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, o Município possui parque tecnológico previamente instalado, composto por equipamentos, periféricos e acessórios de marcas específicas. A adoção de marcas distintas implicaria **incompatibilidade entre componentes**, perda de garantia de fábrica, necessidade de novas licenças e elevação de custos com manutenção e suporte, comprometendo a eficiência e a economicidade da Administração.

Dessa forma, a Administração opta pela indicação de determinadas marcas **apenas nos lotes e itens em que a interoperabilidade e a padronização se mostrem indispensáveis**, em estrita observância ao **art. 41, inciso I, alíneas “b” e “c” da Lei nº 14.133/2021**, que autoriza a indicação de marca **quando devidamente justificada** nas hipóteses de:

- a) necessidade de padronização do objeto;
- b) necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração; Cumprir salientar que a referência a marcas foi **formalmente justificada no processo administrativo**, com base em relatório técnico elaborado pela área de informática municipal, demonstrando que apenas os produtos das marcas indicadas **atendem aos requisitos de desempenho, durabilidade e compatibilidade** exigidos, não configurando restrição indevida à competitividade, nos termos **do art. 41 da Lei nº 14.133/2021**.

Assim, a indicação de marca constitui **medida técnica necessária e legalmente fundamentada**, orientada pelos princípios da **eficiência, economicidade e interesse público**, preservando a funcionalidade e integridade dos sistemas computacionais do Município de Condeúba-BA.

#### PARA OS DEMAIS LOTES:

- Marca e modelo do produto ofertado para cada item, de forma clara e completa, compatível com as especificações técnicas exigidas.

A ausência de informação sobre a marca e o modelo poderá ensejar a desclassificação da proposta, por impossibilitar o julgamento objetivo e a vinculação do licitante ao produto ofertado.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.6. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura do contrato, conforme dispõe o **art. 105 da Lei nº 14.133/2021**.

Nos termos do **art. 107 da mesma Lei**, tratando-se de **contrato de fornecimento e serviços de natureza contínua**, o prazo poderá ser **prorrogado sucessivamente**, mediante termo aditivo e desde que haja **previsão expressa no edital**, até o limite máximo de **10 (dez) anos**, observadas as seguintes condições:



- I — que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração;
- II — que seja atestado o interesse público e a necessidade de continuidade do fornecimento;
- III — que a contratada mantenha sua regularidade fiscal, trabalhista e cadastral durante todo o período da prorrogação.

A prorrogação contratual será formalizada por **ato motivado da autoridade competente**, mediante **negociação prévia com a contratada** e comprovação da **vantajosidade econômica**, podendo a Administração, a qualquer tempo, **promover a extinção contratual sem ônus para as partes**, caso as condições deixem de ser favoráveis.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### Da exigência de amostra

4.2. **Caso necessário** será solicitado amostra após o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. As amostras poderão ser entregues no endereço informado em chat, no prazo limite de estabelecido no mesmo, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.4. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega quando solicitado pelo pregoeiro, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.6. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.7. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.8. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.9. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.10. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais caso.

#### **Subcontratação**

4.11. **Não é admitida** a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ordem de compra, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço na Praça Jovino Arsênio da Silva Filho, nº 53, A, centro, Condeúba - Bahia.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da

contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o

caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1 o prazo de validade;

7.10.2 a data da emissão;

7.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5 o valor a pagar; e

7.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

(INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.  
7.22.1

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta



8.1.O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

### **Exigências de habilitação**

8.3. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

Habilitação jurídica

8.4 Documento de identificação do proprietário ou dos sócios da empresa licitante;

8.5. Registro comercial ou documento equivalente, no caso de empresário individual;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.12. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), mediante apresentação do cartão do CNPJ, extraído da internet;

8.13. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, do domicílio ou da sede da licitante, relativo à atividade objeto do certame;

8.14. Alvará de funcionamento da empresa licitante, dentro do prazo de validade;

8.16. prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

8.17. prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.18. é prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão de débitos relativos à créditos tributários e dívida ativa da união - CND, conforme Portaria 1.751, de 02/10/14 - SRCB/PGFN;

8.19. Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. comprovação de situação regular junto aos cadastros da administração pública, mediante apresentação da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

8.21. comprovação de situação regular, relativa aos seus sócios, ou da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis, junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas obtidas no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>;

8.22. comprovação de situação regular, relativa aos seus sócios, ou da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis, junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA, disponível no endereço eletrônico [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.23. As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo fixado, deverão estar datadas dos últimos 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.

8.24. As ME/EPP deverão apresentar Declaração de Enquadramento, como também toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43 da LC nº 123/06.

8.25. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de ME/EPP será assegurado a estas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação e apresentação de novas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.26. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

8.27. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem “8.12.1”, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, sendo facultado à administração convocar as licitantes remanescentes para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.28. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

8.29. balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) relativos aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, assinados pelo representante legal e pelo contabilista responsável, já

exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

8.30. os documentos nesta alínea limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.31. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.32. a boa situação financeira será avaliada quando os índices de LG, LC e SG forem superiores a 1, obtidos a partir das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral

ATIVO CIRCULANTE + ATIVO NÃO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

Liquidez Corrente

Ativo Circulante

Passivo Circulante

Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

Solvência Geral

ATIVO TOTAL

-----  
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

8.33. a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer, ou todos, os índices de Liquidez Geral, de Liquidez Corrente e de Solvência Geral, forem iguais ou inferiores a 1.

8.34. com base na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as empresas que comprovarem enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá **apresentar Extrato do Simples Nacional dos últimos 2 (dois) exercícios financeiros, mês a mês, ou seja, extratos individualizados, acompanhados do Certificado de Regularidade do Contador que os emitiu, sob pena de desclassificação, em substituição aos balanços.**

8.35. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

## Qualificação Técnica

8.37. A Qualificação Técnica será comprovada mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste pregão.

8.38. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.39. Atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado, deverá ter a firma do subscritor reconhecida em Cartório, acompanhado do Contrato Social em vigor, onde demonstra poderes para firmar o Atestado e nota fiscal do fornecimento.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 4.435.316,30 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, trezentos e dezesseis reais e trinta centavo)**, conforme custos unitários apostos no item 1.3.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

## 10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 030701 SECRETARIA DE SAÚDE; 030901 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL; 030501 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; 030201 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 5.3. Atividade/Projeto: 2.023 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS; 2.013 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS; 2.003 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS; 2.107 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES MEIO A EDUCAÇÃO BÁSICA; 2.007 MANUTENÇÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS; 2.070 BLOCO DE GESTÃO; 2.067 GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA; 2.069 MANUTENÇÃO DO BLOCO MAC- MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE; 2.125 – PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE; 2.124 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO-ACFV; 2.120 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA- PISO BÁSICO- PAIF/CAS; 2.074 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA-IGD; 2.073 PROGRAMA BPC NA ESCOLA; 2.136- PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE- PFMC - CREAS; 2.121- AÇÕES DO IGD-SUAS; 2.147-ENFRENTAMENTO EMERGÊNCIA COVID19; 2.148- ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID19- FMAS; 5.4. Elemento de Despesa: 33.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO; 5.5. Fonte de Recurso: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS A IMPOSTOS; 15001002 - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS - (SAUDE); 16000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES; 16610000 - TRANSFERENCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL; 16600000 - TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FNAS; 15440000 - RECURSOS DE PRECATORIOS DO FUNDEF; 15500000 - TRANSFERENCIA DO SALARIO-EDUCACAO; 15420000 - TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTACAO DA UNIAO - VAAT - (30%); 15710000 - TRANSFERENCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVENIOS E INSTRUMENTOS CONGENERES VINCULADOS A EDUCACAO; 15690000 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE; 15001001 - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS - (EDUCACAO); 15410000 - TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTACAO DA UNIAO - VAAF - (30%); 15400000 - TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERENCIAS DE IMPOSTOS - (30%)..

10.1. A projeção da despesa para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentaria próprias, consignada no orçamento municipal para o exercício corrente, na seguinte rubrica:

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO**

A fiscalização ficará a cargo dos servidores designado conforme PORTARIA Nº 007, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2024. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **12. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação em motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

§ 4º A sanção prevista no inciso III, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no § 4º do art. 156, da Lei 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra: quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput do referido artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput do art. 156, da Lei 14.133/21 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21 dependerá da instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



§ 2º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela

Administração, e será:

I - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do artigo 158 da Lei 14.133/21;

II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

O Poderes Executivo deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

---

Luis Fernando Andrade Chaves  
**Secretaria de Administração**

## **ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

**O MUNICÍPIO DE CONDEÚBA ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 451, Centro, CEP: 45120-000 – Condeúba – Bahia - inscrita no CNPJ sob nº 13.906.789/0001-96, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo o Sr. .... brasileiro, agente político, com endereço residencial à .....nº ..... – ..... – Cidade – Estado – CEP nº .....

....., portador do CPF nº ..... e da cédula de identidade nº ..... SSP/....., **CONTRATANTE**, e a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, Inscrição no CNPJ nº ....., com endereço comercial ....., Bahia, representado neste ato por pelo o Sr. ...., brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº ....., emitido pelo SSP/....., inscrito no CPF sob o nº ....., com endereço na ....., aqui denominada **CONTRATADA**, *neste ato representado(a) por* ..... (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 15. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

15.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de (**objeto do edital**), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

15.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 15.2.1. O Termo de Referência;
- 15.2.2. O Edital da Licitação;
- 15.2.3. A Proposta do contratado;
- 15.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### 16. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

16.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 MESES contados do(a) de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

16.2. *O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

16.3. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

16.4. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

**17. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

**17.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**18. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1.** *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

**18.2.** *É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.*

**19. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))**

**19.1.** *O valor total da contratação é de R\$..... (.....) (conforme valor final da proposta vencedora.*

**19.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**19.3.** *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

**20. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

**20.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**21. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

**21.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (*data da proposta de preços do licitante*).

**21.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE** ou **IGP-M - Índice Geral de Preços**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**21.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**21.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**21.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**21.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**21.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**21.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **22. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))**

**22.1.** São obrigações do Contratante:

**22.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**22.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**22.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**22.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**22.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**22.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**22.8.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**22.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**22.10.** A Administração terá o prazo de *10 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**22.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

**22.12.** *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

**22.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**22.14.** Nos casos de roubo ou furto dos aparelhos, a responsabilidade e as custas deverão recair sobre o contratante, devendo ser excluída a responsabilidade da contratada.

### **23. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

**23.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**23.2.** *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

**23.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

**23.4.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**23.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**23.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**23.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**23.8.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou



Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**23.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**23.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**23.11.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**23.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**23.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**23.14.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**23.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**23.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**23.17.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**23.18.** *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

**23.19.** *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

**23.20.** *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

**23.21.** *Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*

**23.22.** *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

## **24. CLÁUSULA DÉCIMA— GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

**24.1.** *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

## **25. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

**25.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**25.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 2% (dois) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. *Moratória de 0,7% (sete décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

*i. O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de ...% a A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**25.2.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**25.2.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**25.2.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**25.2.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**25.3.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**25.4.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**25.5.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**25.6.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**25.7.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**25.8.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**25.9.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **26. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA— DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

**26.1.** *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

**26.2.** *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

**26.2.1.** *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

## **27. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

**27.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 27.1.1.** Gestão/Unidade:
- 27.1.2.** Fonte de Recursos:
- 27.1.3.** Programa de Trabalho:
- 27.1.4.** Elemento de Despesa:
- 27.1.5.** Plano Interno:
- 27.1.6.** Nota de Empenho:

**27.2.** *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

## **28. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

**28.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **29. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

**29.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**29.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**29.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**29.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **30. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**30.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **31. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))**

**31.1.** Fica eleito o Foro da comarca do Município de Condeúba - Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-2-

## **ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

*ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA*

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de .....





de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo nº ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [do edital de Licitação nº ...../20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação do X	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade e Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

## 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

**3.2.** {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)**

**4.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**4.1.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**4.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

**4.1.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**4.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**4.2.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**4.3.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**4.4.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**4.5.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

**Dos limites para as adesões**

**4.6.** *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

**4.7.** *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

**4.8.** *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

**4.9.** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

**4.10.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**5.1.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**5.1.2.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**5.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**5.10.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

**5.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**5.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

**5.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**5.12.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**5.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**6.1.3.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.1.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**6.1.3.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**7.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**7.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**7.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**7.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**7.2.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**7.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.



**7.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**7.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**7.2.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**8.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

**8.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

**8.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**8.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**8.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

**8.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**8.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**8.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**9.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:



- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações



dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

**10.3.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

**11.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

**11.2.** *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)



TR								
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade e Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade e Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

O licitante, ....., inscrita(o) no CNPJ sob o nº ....., conforme edital, **DECLARA:**

**QUE**, atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas;

**QUE**, não existe fato impeditivo à sua habilitação nesta licitação, inclusive quanto as hipóteses de impedimento previstas na lei 14.133/2021;

**QUE**, não possui entre seus proprietários, nenhum agente público ou agente político do Município de CONDEÚBA - BAHIA;

**QUE**, dispõe de condições e disponibilidade de pessoal para executar o objeto desta licitação, caso seja vencedora;

**QUE**, suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis



trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

**QUE**, tomou conhecimento de todas as informações relacionadas à este certame, inteirando-se das condições técnicas e da complexidade do objeto, garantindo o cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias;

**QUE**, cumpre todos os requisitos exigidos para habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal;

**QUE**, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**QUE**, cumpre, em sua integralidade, os dispositivos da Lei Federal nº. 9854/99 e do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, no que se refere ao trabalho de menores.

( cidade ) – ( UF ), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do Representante Legal  
CNPJ nº \_\_\_\_\_